

Brasília, 01 de junho de 2026

Seleção

Sumário

Jota Info

Domingo, 31 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Por que recursos precisam encontrar instituições adequadas? 3

Pipeline - Valor

Domingo, 31 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

A propriedade intelectual por trás dos megaeventos esportivos 5

Carta Capital Online

Sábado, 30 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Acordo Mercosul-Canadá avança em décima rodada de negociações 7

Revista Fórum - Online

Sábado, 30 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Mudança na norma ameaça receita tradicional da Linguíça Blumenau 8

Por que recursos precisam encontrar instituições adequadas?



Fortalecimento da ciência e inovação exige políticas contínuas e ambiente favorável ao investimento tecnológico

A inovação, sob a ótica da teoria econômica clássica, caracteriza-se como o motor da "destruição criadora", um processo de mutação industrial que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, superando arranjos antigos e criando elementos novos, conforme a acepção clássica de Schumpeter. O processo de inovação é complexo e exige importantes arranjos institucionais para que a sociedade possa usufruir adequadamente de seus benefícios.

Conforme as definições contemporâneas, inovar implica a conversão de ideias em produtos ou processos com relevante utilização econômica, exigindo das organizações capacidades dinâmicas para sentir, capturar e transformar oportunidades de mercado. Uma boa distribuição desses benefícios a diferentes atores da sociedade é um fim necessário para o produto da inovação atender aos seus pressupostos econômicos e sociais.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

No entanto, para que esse processo se converta em bem-estar social, é indispensável um ecossistema que gere conhecimento e que possua estrutura insti-

tucional para mitigar os riscos inerentes à natureza de "bem público" do saber, cuja produção envolve custos fixos elevados, mas cujos benefícios frequentemente transbordam para além do inovador original.

O Estado, nesse contexto, tem potencial de apoio financeiro às iniciativas de inovação, que são tipicamente precedidas de muito investimento e de parcerias entre instituições públicas e privadas para desenvolvimento de pesquisas.

A dificuldade em converter o potencial teórico em resultados sistêmicos é evidenciada pelo diagnóstico do Global Innovation Index 2025, produzido pela Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (World Intellectual Property Organization, WIPO, na sigla em inglês), que posiciona o Brasil na 52ª posição global, classificação que reflete a necessidade de melhor coordenação e governança entre disponibilização de insumos, arranjos de instituições e processos e os produtos e resultados da inovação.

Embora a economia brasileira contenha ativos relevantes, como o 7º lugar mundial em escala de mercado interno e o 24º em investidores corporativos de P&D, esses indicadores encontram um ambiente institucional de inovação ainda em consolidação, onde o país ocupa a 107ª posição no pilar de instituições para pesquisa, desenvolvimento e inovação.

É também parte do ambiente de inovação a continuidade de políticas públicas para o setor, a estabilidade política para negócios e uma boa condução da burocracia para o ambiente de processos inovadores na relação entre Estado e mercado, sendo necessário que o Brasil observe esse cenário para adequar suas instituições às necessidades desse setor.

Uma medida importante para superar essa inércia e corrigir as falhas de mercado típicas da atividade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é a atual consolidação de uma arquitetura de financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (FNDCT).

Com a vedação do contingenciamento de seus recursos pela Lei Complementar 177/2021, o fundo recuperou a previsibilidade necessária para sustentar a inovação como política pública, prevendo aportes que superam os R\$ 18 bilhões para 2026, sendo, por lei, metade direcionada majoritariamente a instituições públicas de ciência e tecnologia ou projetos não reembolsáveis para empresas; e outra metade emprestada ao setor privado (recursos reembolsáveis), que deve retornar ao Estado e ser continuamente usado em novas operações futuras do mesmo setor.

Esse suporte financeiro permite a aplicação de instrumentos como a subvenção econômica para empresas, um mecanismo não reembolsável gerido pela Finep, que compartilha os riscos tecnológicos inerentes aos projetos de inovação das empresas, alinhando-se às missões estratégicas da política "Nova Indústria Brasil" em setores como semicondutores, bioeconomia, defesa, minerais e saúde.

É perceptível a interface entre fomento e coordenação estratégica estatal para que as empresas possam empregar esforços e mais recursos em inovação, considerando o próprio risco de atuação nesse setor e a importância, portanto, de o Estado apoiar tais atividades.

O fortalecimento desse ecossistema exige avanços que superem a mera alocação orçamentária, demandando políticas públicas focadas na correção de gargalos estruturais, na eficiência da interação entre os atores e na continuidade das ações direcionadas ao setor, sem interromper políticas de fomento que, naturalmente, exigem tempo de maturação e muito esforço até o resultado ser efetivamente difundido à sociedade.

É necessário promover uma reforma do ambiente de negócios que simplifique a abertura de empresas e amplie a estabilidade regulatória, criando um cenário previsível para a atração de capital que

também possa investir em inovação.

Além disso, as políticas devem priorizar o estreitamento das parcerias entre a academia, ambiente em que o país já possui boa classificação universitária, e o setor produtivo, potencializando pesquisas acadêmicas que possam ser convertidas em soluções de problemas e demandas da sociedade.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O fortalecimento do ecossistema de CT&I não é uma tarefa de curto prazo e não se resolve apenas com a expansão orçamentária. A trajetória recente aponta avanços na arquitetura de apoio e a sua eficácia depende de boa coordenação e estratégia de apoio aos projetos do setor, bem como de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da inovação a partir da atuação do Estado, das instituições públicas de pesquisa, do mercado por meio das empresas e da sociedade como consumidora e beneficiária desses resultados.

Para que o Brasil deixe de ser um "gigante em potencial" no ranking da WIPO, é fundamental que a coordenação entre academia e setor produtivo seja desenvolvida em um ambiente regulatório e institucional que reduza o "Custo Brasil" e proteja as atividades de pesquisa e desenvolvimento. Inovar é, em última análise, um processo cumulativo que exige segurança jurídica, políticas e arranjos institucionais adequados, além de tecnologia.

MENEGUIN, Fernando B.; BEZERRA, Felipe Portela. Ecossistemas de Inovação em Foco: da Teoria Econômica à prática do fomento à CT&I no Brasil. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Maio-2026 (Texto para Discussão nº 361). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 12 maio 2026.

A propriedade intelectual por trás dos megaeventos esportivos



Da Copa às **Olimpíadas**, disputa por marcas e patrocínios movimenta guerra jurídica bilionária, escreve sócio do Veirano

No próximo dia 11, começa a tão aguardada Copa do Mundo da Fifa, evento que reúne as principais seleções masculinas de futebol e movimenta não apenas o universo esportivo, mas também uma complexa cadeia econômica baseada em direitos de **propriedade intelectual**.

Em eventos dessa magnitude, temas como registro e licenciamento de marcas, direitos de imagem, transmissão de jogos e **marketing de emboscada** ganham especial relevância e demandam atenção.

No Brasil, além das tradicionais Lei da **Propriedade Industrial** (Lei 9.279/96 e Lei de **Direitos Autorais** (Lei 9.610/98), existem outras legislações que, ao longo dos anos, regulamentaram situações relacionadas a grandes eventos esportivos.

A primeira delas é a Lei Pelé (Lei nº 9.615/98), que contempla importantes disposições sobre a **propriedade intelectual** no contexto esportivo. O artigo 14, §4º proíbe o uso e o registro, sem autorização prévia do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), de elementos do símbolo olímpico, como o emblema, o hino e os lemas oficiais.

A lei também protege os símbolos das entidades de administração do desporto, bem como o nome e o apelido do atleta profissional, que são considerados de propriedade exclusiva do atleta e não dependem de registro no **INPI** para serem protegidos.

Outro ponto importante da Lei Pelé é a proteção ao direito de imagem do atleta, que pode ser licenciado ou explorado mediante contrato - tema especialmente sensível em competições internacionais.

Existem duas leis criadas para regimes especiais: a Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663/2012) e a Lei Geral dos Jogos Olímpicos (Lei nº 13.284/2016), ambas reconheceram temporariamente o alto renome de determinados sinais distintivos das entidades - seja da FIFA, no caso da Copa do Mundo de futebol ou dos Jogos Olímpicos, para os Jogos Olímpicos do Rio 2016.

Além disso, as marcas relacionadas a essas entidades passaram a tramitar com rito acelerado, garantindo que os pedidos fossem decididos antes da realização dos eventos. As leis também tipificam como crime a reprodução, imitação ou **falsificação** dos símbolos oficiais das entidades organizadoras, prevendo pena de detenção de três meses a um ano, além de multa.

As normas ainda tratam do **marketing de emboscada**, reforçando a preocupação com a exploração indevida da visibilidade dos grandes eventos.

Para a Copa do Mundo de 2026, que ocorrerá nos Estados Unidos, Canadá e México, não há evidências de que esses países tenham adotado legislação específica ou regime extraordinário de proteção de **propriedade intelectual** semelhante ao modelo brasileiro.

Por fim, a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) representa o marco mais moderno e abrangente sobre a matéria. No que tange à **propriedade intelectual**, essa lei tipifica o uso indevido de marcas, sinais distintivos, emblemas, hinos, entre outros símbolos de titularidade de organizações esportivas como crime, com pena de detenção de três meses a um ano, cumulada com multa.

A lei também criminaliza a importação, exportação, venda, distribuição ou exposição de produtos que contenham tais sinais.

Além disso, a legislação prevê a tipificação do **marketing de emboscada**, dividida em duas modalidades: associação: quando uma entidade cria a impressão de que é patrocinadora oficial ou de que possui vínculo legítimo com o evento, sem autorização; e intrusão, quando a marca invade fisicamente ou visualmente o ambiente do evento, buscando exposição indevida, por exemplo, distribuir material promocional no entorno do estádio ou posicionar símbolos para aparecer nas transmissões.

A realização da Copa do Mundo de 2026 reforça o protagonismo da **propriedade intelectual** em megaeventos esportivos. Embora Estados Unidos, Canadá e México, a princípio, não tenham adotado legislação específica voltada à proteção de marcas e patrocínios, como ocorreu no Brasil em 2014, os desafios continuam essencialmente os mesmos: garantir a proteção das marcas oficiais, coibir o uso indevido de símbolos e associações publicitárias,

evitar práticas de **marketing de emboscada** e assegurar que atletas, entidades e patrocinadores tenham seus direitos respeitados.

Nesse contexto, a legislação brasileira, especialmente após a Lei Geral do Esporte, coloca o país em posição de destaque no tratamento do tema. As normas em vigor oferecem regras claras, garantindo maior previsibilidade e proteção aos envolvidos e contribuindo para um ambiente mais seguro na realização de eventos esportivos de grande impacto no país.

*Sócio da área de direito digital, inovação e **propriedade intelectual** do Veirano Advogados

Acordo Mercosul-Canadá avança em décima rodada de negociações



As negociações para a conclusão do acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Canadá avançaram com um encontro de grupos temáticos na cidade de Toronto, entre os dias 25 e 29 de maio.

O encontro, a X Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Canadá, aprofundou as discussões para a consolidação do tratado, que haviam sido retomadas em outubro do ano passado.

Em 2025, as negociações do país anglófono tiveram aumento considerável com o Brasil, após ambos terem sido afetados pelas barreiras comerciais do governo dos Estados Unidos. O fluxo de comércio entre Brasil e Canadá alcançou 10,4 bilhões de dólares no ano passado. As exportações brasileiras para o mercado canadense somaram 7,3 bilhões de dólares em 2025, com crescimento de 14,8% em relação ao ano anterior e recorde histórico da série.

As negociações retomadas em outubro passado refletem o interesse das partes em aprofundar as rela-

ções econômicas e comerciais, promovendo o fortalecimento do comércio bilateral e uma maior integração produtiva entre as economias do Mercosul e do Canadá.

O encontro ao final de maio teve destaque para as reuniões presenciais dos grupos técnicos sobre comércio de bens, serviços e serviços financeiros, entrada temporária de pessoas a negócios, regras de origem, **propriedade intelectual**, salvaguardas bilaterais, desenvolvimento sustentável, comércio inclusivo e temas legais e institucionais.

Além das discussões técnicas, o ministro de Comércio Internacional do Canadá, Maninder Sidhu, recebeu os negociadores-chefes do Mercosul.

Ao longo da décima rodada, cinco capítulos do Acordo avançaram para a etapa de encerramento de negociações. A previsão das partes é de concluir o acordo em novos encontros, ainda no primeiro semestre, com data a definir. No encontro anterior, no final de abril, as discussões se desenvolveram em torno das regras de origem, **propriedade intelectual**, barreiras sanitárias e fitossanitárias e comércio e desenvolvimento sustentável.

A retomada das negociações em bloco tem sido uma prioridade da gestão atual do Mercosul, presidida pelo governo paraguaio. O acordo com a União Europeia começou a vigorar em 1º de maio.

O bloco também tem avançado nas discussões com outros países da América Latina, como Chile, Equador, Colômbia e Peru, além do progresso nas discussões com os Emirados Árabes Unidos e com o bloco EFTA, composto por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Mudança na norma ameaça receita tradicional da Linguíça Blumenau



Portaria do Governo Catarinense reduz o limite de gordura no embutido, gerando forte reação do setor e de defensores da iguaria que tem Indicação Geográfica

00:00 A+ A-

Ler o resumo da notícia A Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR) publicou a Portaria SAR nº 14/2026 no Diário Oficial de Santa Catarina, alterando as normas da Linguíça Blumenau.

A nova norma fixa o teor máximo de gordura em 30 %, abaixo dos 42 % permitidos pela receita tradicional do Vale do Itajaí.

Também foram reduzidos os limites de umidade (máx 55 %) e de cálcio em base seca (máx 0,1 %).

Produtores alertam risco de prejuízos econômicos e perda da identidade cultural, após a recente concessão de Indicação Geográfica pelo **INPI**.

A Linguíça Blumenau é um dos maiores símbolos da cultura gastronômica de Santa Catarina e está correndo risco de ser descaracterizada. Isso por conta da publicação da Portaria SAR nº 14/2026 pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAR), no Diário Oficial do Estado, que trouxe mudanças profundas nas Normas Internas Regulamentadoras da famosa Linguíça Blumenau.

A nova portaria modificou a redação da regra anterior (Portaria SAR nº 23/2020), estabelecendo que o embutido passe a ter um teto máximo de 30% de gordura em sua composição. Até então, a receita

tradicional produzida há gerações pelas famílias de imigrantes na região do Vale do Itajaí permitia um índice de até 42% de gordura. O texto também atualizou os tetos para a umidade (máximo de 55%) e para o cálcio em base seca (máximo de 0,1%).

Mas é a redução brusca do teor de gordura que tira o sono dos produtores. Especialistas e fabricantes apontam que a gordura é um elemento fundamental para garantir a suculência, a textura macia, a cura adequada e o sabor defumado característico que consagraram a Linguíça Blumenau no mercado nacional.

O impacto econômico e cultural preocupa o setor, especialmente porque o produto conquistou recentemente o selo de Indicação Geográfica (IG) pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, que protege justamente o saber-fazer e o vínculo histórico da receita com a sua região de origem.

Para defensores da tradição e parlamentares locais que já se mobilizam contra a medida, uma alteração forçada por burocracias técnicas desfigura a identidade de um patrimônio gastronômico e ameaça as vendas, já que o consumidor final busca o produto justamente pelo perfil sensorial clássico.

Outros embutidos no radar das adequações

Embora a Linguíça Blumenau seja o foco da Portaria SAR nº 14/2026 por possuir uma norma regulamentadora estadual exclusiva específica, a pressão por adequação aos padrões de identidade e qualidade (PIQs) do Governo Federal atinge diretamente a indústria de embutidos e defumados como um todo.

Produtos artesanais e regionais que dependem do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) para comercialização (como outros tipos de linguiças coloniais salgadas e desidratadas, salames e copas) passam por constantes revisões e vistorias para harmonização com as regras do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) e do MAPA.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	3,4
Marcas	3,4
Marco regulatório INPI	3,4,6
Propriedade Industrial	3,4,6
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5